

## TEORIAS CURRICULARES, EDUCAÇÃO E RELAÇÃO DE PODER

**José Fernandes Ramos Oliveira**

Prefeitura do Recife

<http://lattes.cnpq.br/0283481219158330>

<https://orcid.org/0000-0003-3924-0573>

E-mail: [Jf0585@hotmail.com](mailto:Jf0585@hotmail.com)

**Larissa Gabriella Rodrigues Roque Cavalcanti**

Uninassau

<http://lattes.cnpq.br/3962828068452683>

<https://orcid.org/0009-0001-3060-0790>

E-mail: [larissagabriellaroque@gmail.com](mailto:larissagabriellaroque@gmail.com)

**Ronald Rodrigo Nascimento de Melo**

Prefeitura do Recife

<https://lattes.cnpq.br/6879485649060709>

<https://orcid.org/0009-0002-0428-37141>

E-mail: [ronaldeampe@gmail.com](mailto:ronaldeampe@gmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1-43>

**RESUMO:** A presente pesquisa bibliográfica propõe dialogar a respeito dos variados pensamentos curriculares que surgiram no campo do currículo nas décadas mais recentes. Inicia-se da suposição de que o currículo é uma prática decorrente dos conflitos que se iniciam por grupos/instituições nos campos sociocultural, econômico, político e pedagógico. Para esse intuito, dispõe-se de algumas teorizações e práticas sobre o currículo, e indagações a sua concepção e formação na esfera social. As instituições de ensino, como entidades reguladoras, tornam-se o espaço central da acomodação de uma ou outra particularidade na construção coletiva do sujeito e o currículo neutro, crítico, pós-crítico e oculto são consequências de concepções políticas, tal como a cultura produzida por eles. Ao investigar as teorias curriculares como um instrumento de utilização político em meio ao enfrentamento de classes e relações de poder, será examinado o jogo de interesses que influencia a sociedade e em qual função a entidade pedagógica está posta nesse ambiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teorias. Currículo. Relações de poder. Educação. Cultura.

### CURRICULAR THEORIES, EDUCATION AND POWER RELATIONSHIP

**ABSTRACT:** This bibliographic research proposes to dialogue about the various curricular thoughts that have emerged in the field of curriculum in the most recent decades. It starts from the assumption that the curriculum is a practice resulting from the conflicts that begin by groups/institutions in the sociocultural, economic, political and pedagogical fields. For this purpose, there are some theorisations and practices on the curriculum, and questions about its conception and training in the social sphere. Educational institutions, as regulatory entities, become the central space of the accommodation of one or another particularity in the collective construction of the subject and the neutral, critical, post-critical, and occult curriculum are consequences of political conceptions, just like the culture produced by them. When investigating curricular theories as an instrument of political use amid the confrontation of classes and power

relations, the game of interests that influences society and in what function the pedagogical entity is placed in this environment will be examined

**KEYWORDS:** Theories. Curriculum. Power Relations. Education. Culture.

### TEORÍAS CURRÍCULARES, EDUCACIÓN Y RELACIÓN DE PODER

**RESUMEN:** La presente investigación bibliográfica propone dialogar sobre los variados pensamientos curriculares que han surgido en el campo del currículo en las décadas más recientes. Se inicia de la suposición de que el plan de estudios es una práctica derivada de los conflictos que se inician por grupos/instituciones en los campos sociocultural, económico, político y pedagógico. Para ello, se dispone de algunas teorizaciones y prácticas sobre el plan de estudios, e investigaciones sobre su concepción y formación en la esfera social. Las instituciones educativas, como entidades reguladoras, se convierten en el espacio central de la acomodación de una u otra particularidad en la construcción colectiva del sujeto y el currículo neutral, crítico, postcrítico y oculto son consecuencias de las concepciones políticas, al igual que la cultura producida por ellos. Al investigar las teorías curriculares como un instrumento de uso político en medio del enfrentamiento de clases y relaciones de poder, se examinará el juego de intereses que influye en la sociedad y en qué función se coloca la entidad pedagógica en ese entorno.

**PALABRAS-CLAVE:** Teorías. Currículo. Relaciones de Poder. Educación. Cultura.

### INTRODUÇÃO

O currículo é uma ferramenta relevante para conduzir o ato de ensinar. Por meio dele é possível saber as finalidades da aprendizagem para os discentes. Conceitualmente, o currículo é um conceito que abarca um mundo de apreciações. Contudo, nos deteremos ao currículo acadêmico que em seu âmago possibilita uma estruturação efetiva da temática e da atividade dos docentes face às concepções propostas. Segundo Apple (1999), o currículo necessita ser ponderado nos seguintes entendimentos: “De quem é esse conhecimento? Quem selecionou? Por que se encontra organizado e transmitido dessa forma?”.

Para Gandin e Lima (2016) a organização curricular está fundamentalmente relacionada às estruturas econômicas e sociais mais amplas. As questões a serem desveladas são: “qual conhecimento é considerado verdadeiro?” e “quais são as relações de poder envolvidas no processo de seleção que resultou nesse [ou qualquer outro] currículo particular?”. Ganhando assim força de discussão essas demandas.

Historicamente, as teorias de currículo transitam entre perspectivas variadas, dentre as quais se destacam as tradicionais, as críticas e as pós-críticas (Silva, 2007). Há

também modelos de ensino e aprendizagem que ocorrem de forma velada, isto é, nas inferências das relações que atuam no ambiente escolar. Esse molde é chamado de currículo oculto.

O currículo não é algo neutro, ele é profundo, racionalmente pensado especificamente para quais tipos de pessoas que irão perpassar pelo currículo, está intrínseco nas políticas culturais de formação humana e social levando em consideração que o currículo é o caminho a seguir dentro no processo de aprendizagens dentro e fora do espaço escolar (Almeida *et al.*, 2018).

Determinar uma correspondência através dos debates teóricas e as mudanças que se fixaram no terreno do currículo é indispensável, já que tais argumentações contribuem para esse processo de transformações e, além do campo teórico, refletem significativamente nas atividades das práxis educativas.

## DEFINIÇÃO DE CURRÍCULO

Existem distintos documentos regulamentares que ampara o exercício e a prática docente, sendo o currículo um dos mais relevantes, visto que conduz a metodologia de ensino e aprendizagem na rotina das instituições de ensino. O currículo é o fundamento da prática pedagógica, que abarca os pontos que serão ponderados, as práticas executadas e também as competências e aptidões que serão incrementadas, tendo como intenção a construção integral dos discentes.

De acordo com Linhares e Silva (2020), o conceito de Currículo não é resumido em apenas uma definição certa, são diversos os significados empregados a palavra, ainda que comumente vemos a sua ligação com os conteúdos e metodologias aplicadas nas instituições de ensino, além da definição mais conhecida: a listagem de competências, habilidades e formação de toda a vida intelectual e profissional do indivíduo.

O currículo tem relevância para organizações pedagógicas e por intermédio dele, as instituições se organizam e orientam a prática docente. A palavra *currículo* deriva do latim *curriculum* (originada do verbo latino *currere*, que significa correr) e refere-se ao curso, à rota, ao caminho da vida ou das atividades de uma pessoa ou grupo de

pessoas (Gordon *apud* Ferraço, 2005, p. 54). Já de acordo com Sacristán (2013, p. 16), o termo currículo procede:

[...] da palavra latina curriculum (cuja raiz é a mesma de cursus e currere) [...]. Em sua origem currículo significava o território demarcado e regrado do conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centro de educação deveriam cobrir; ou seja, o plano de estudos proposto e imposto pela escola aos professores (para que o ensinassem) e aos estudantes (para que o aprendessem).

O currículo representa a caminhada que o sujeito irá fazer ao longo de sua vida escolar, tanto em relação aos conteúdos apropriados, quanto às atividades realizadas sob a sistematização da escola (Oliveira, 2017). Nesse sentido, Sacristán e Gómez (1998, p. 125), afirmam que “a escolaridade é um percurso para alunos/as, e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade”.

Os estudos do currículo surgiram da observação da instituição escolar como um local privilegiado de transmissão de conhecimentos, um espaço institucionalizado para a transmissão da cultura legada como socialmente válida para as futuras gerações (Mendes; Cardoso; Matos, 2019).

## AS TEORIAS DO CURRÍCULO

Uma teoria define-se pelos conceitos que utiliza para conceber a “realidade”. Os conceitos de uma teoria dirigem nossa atenção para certas coisas que sem eles não “veríamos”. Os conceitos de uma teoria organizam e estruturam nossa forma de ver a “realidade”. Assim, uma forma útil de distinguirmos as diferentes teorias do currículo é através do exame dos diferentes conceitos que elas empregam (Silva, 2005).

Segundo Soares e Costa (2021), as teorias do currículo tradicional, crítico e pós-estruturalista, possuem diferentes concepções de homem, de sociedade e de educação; ainda mais porque evidenciam disputas de poder em seus diferentes interesses e influenciam nisso o fazer educacional. Dessa forma, no olhar dessas diferentes noções e na leitura com o contexto em que vivemos, vamos refletindo o conhecimento das suas teorias-práticas na busca de compreendermos as experiências dos sujeitos.

## TEORIAS TRADICIONAIS DO CURRÍCULO

Silva (2010) comenta que o currículo surgiu pela primeira vez como um objeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos em 1920. Em uma conjuntura de industrialização e movimentos imigratórios, que acentuava a massificação da escolarização, havendo um esforço, por parte de pessoas ligadas à administração da educação, para organizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem dos currículos.

Segundo Moreira (1990), este âmbito de atuação teve início em razão das mudanças sociais que aflorara com a chegada da sociedade industrial e urbana da época. Nos Estados Unidos, esta situação foi provocada por um imenso crescimento do jornalismo popular, pela expansão da construção das vias férreas, e por milhões de imigrantes que vieram a procurar de melhora de vida.

Nesse sentido, o currículo - na perspectiva da teoria tradicional - evidencia seu caráter tecnicista, com lógica da racionalidade técnica. A racionalidade técnica implica em uma forma de pensar e agir sob os indivíduos, obrigando-os a aderirem determinados comportamentos relacionados aos meios de produção capitalista (Soares; Costa, 2021).

Esta abordagem tem uma linha conservadora e conteudista. O destaque encontra-se na transmissão de conhecimentos essenciais, como conteúdos acadêmicas clássicas e preceitos culturais considerados primordiais. Esta modalidade de currículo é centralizada no docente, e a aquisição do aprendizado sucede sobretudo através de aulas expositivas e avaliações objetivas.

No mesmo sentido Silva (2003) afirma que a elaboração do currículo se limitava a ser uma atividade burocrática, desprovida de sentido e fundamentada na concepção de que o ensino estava centrado na figura do professor, que transmitia conhecimentos específicos aos alunos, estes vistos apenas como meros repetidores dos assuntos apresentados.

A escola, portanto, passa a ter um comportamento excludente perante os menos favorecidos, imposta pela classe dominante através das práticas metodológicas que servem apenas a seus interesses, criando um sistema seletivo, onde o indivíduo, de

maneira implícita é motivado a evadir da escola antes de chegar ao nível de aprendizado dos alunos pertencentes a elite (Linhares; Silva, 2020).

## TEORIAS CRÍTICAS DO CURRÍCULO

As teorias tradicionais fazem o currículo para condicioná-la de forma neutra o sujeito, modelando o sujeito para ser o cumpridor técnico, na prática a educação dentro dessa perspectiva é totalmente bancária, o aluno é modelado para apenas receber informações e cumprir tarefas, sem poder questionar nada, entretanto as teorias críticas fundamentam-se numa perspectiva totalmente diferenciada, postulando a política para a promoção de um modelo que envolve uma educação politizada, buscando formar o sujeito para uma visão reflexiva da sociedade (Almeida *et al.*, 2018). Já o papel do professor a partir da teoria tradicional, segundo Eyng (2007), “[...] pode ser resumido como ‘dar a lição’ e ‘tomar a lição’, não se apresentando maiores preocupações em vincular as informações com o contexto social onde o sujeito está.”

De acordo com Silva (2010), as teorias críticas do currículo efetuam uma completa inversão nos fundamentos das teorias tradicionais [...]. As teorias críticas sobre o currículo, em contraste, começam por colocar em questão precisamente os pressupostos dos presentes arranjos sociais e educacionais. As teorias críticas desconfiam do status quo, responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais.

Diversos teóricos discutem, inspirados na teoria de Karl Marx (1848), o fato de que, por meio do currículo e da educação, o sistema capitalista e os grupos dominantes estão reproduzindo a sua ideologia e exercendo influência direta sobre a economia (Galvão, 2019).

Um desses teóricos foi Paulo Freire, que a partir das suas teorias, surgiu o currículo crítico, tendo como fundamento o entendimento da politização e da modificação social. Esta teoria procura indagar as estruturas de poder e as diferenças sociais, pretendendo fortalecer um espírito crítico nos estudantes, tendo como prioridade a conexão entre conhecimento e contexto social, instigando o pensamento e a ação coletiva.

Essa luta acontece quando a formação crítica perpassa as barreiras da escola e esse sujeito formado criticamente vão interferir buscando seus direitos perante a sociedade,

lutando das diversas maneiras que puder para diminuir as desigualdades promovidas pelo capitalismo dentro das lutas de classes numa visão contra hegemônica (Almeida *et al.*, 2018). Nesse sentido, na perspectiva de Michael Apple (2006) a educação tem que ser baseada no currículo crítico e não baseada no currículo tradicionalista neutro.

## TEORIAS PÓS-CRÍTICAS DO CURRÍCULO

Essa teoria destaca as diferenças cultural, a pluralidade de ponto de vistas e a versatilidade nas práticas educativas, sendo sensível às alterações sociais e tecnológicas e introduzindo diferentes saberes.

A teoria pós-crítica, iniciada nas décadas de 1960 e 1970, que surge fundamentada no pós-estruturalismo, amplia e modifica alguns conceitos da teoria crítica, pois não limita “a análise do poder ao campo das relações econômicas do capitalismo, [...] o mapa do poder é ampliado para incluir os processos de dominação centrados na raça, na etnia, no gênero e na sexualidade” (Silva, 2010).

Desta forma que as teorias críticas, a compreensão pós-crítica censurou fortemente as teorias tradicionais, no entanto exaltaram as suas posições para além das questões das classes sociais, partindo para o que se considera mais relevante: o sujeito. De acordo com Pena (2022):

[...] mais do que a realidade social dos indivíduos, era preciso compreender também os estigmas étnicos e culturais, tais como a racialidade, o gênero, a orientação sexual e todos os elementos próprios das diferenças entre as pessoas. Nesse sentido, era preciso estabelecer o combate à opressão de grupos semanticamente marginalizados e lutar por sua inclusão no meio social.

Os estudiosos dessa perspectiva rejeitam as grandes explicações teóricas e se preocupam mais com aspectos específicos da vida cotidiana, não existindo dessa maneira ‘uma’ verdade – mas verdades, dependentes dos discursos a estruturá-las e das relações de poder a construí-las (Mendes; Cardoso; Matos, 2019).

Nesse contexto, o movimento de crítica à teoria crítica [...] a partir da compreensão de que as questões curriculares vão além da reprodução das condições sociais, reivindica a inclusão de temas como gênero, etnia, sexualidade, raça, identidade, diferenças,

diversidade de sujeitos e de culturas, relação saber-poder, entre outros, nos estudos sobre o currículo (Fernandes, 2014).

Essa linha de pensamento discute a questão da verdade, com o propósito de entender como ela foi arquitetada, da mesma forma que procura desfazer o binarismo de que é elaborado o currículo. Fernandes (2014) afirma “para essa vertente, o currículo não é uma verdade absoluta, pois não existe uma só, mas muitas verdades. O currículo é prática discursiva. É espaço de diferentes sentidos, significações e linguagens”.

Lather (1993, apud Cardozo, 2014) discute que estas teorias oferecem um campo de reflexão para a prática de pesquisa educacional, promovendo a heterogeneidade, buscando uma validade rizomática, que caracteriza uma forma de comportamento por meio de múltiplas aberturas, recusando a mera revelação de um conhecimento prévio, o qual esteja em algum lugar do universo pronto para ser capturado e aplicado como verdade.

Para Galvão (2019), “essa abordagem pós-crítica se posiciona em favor do currículo multiculturalista, movimento divergente do currículo tradicional, que leva em consideração a importância da alteridade e identidade”. Já de acordo com Silva (2010), “o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados [...] para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional”.

Para entendermos os pressupostos das teorias pós-críticas, precisamos nos despir das concepções tradicionais, deixarmos de resumir o currículo apenas como uma “grade de conteúdos” ou algo prescrito, pronto a ser executado. Devemos concebê-lo como processo, mestiçagem, como construção contínua de sujeitos diversos (Fernandes, 2014).

Silva (2016) é mais abrangente ao discorrer sobre a importância da combinação da teoria crítica e pós-crítica:

Na teoria do currículo, assim como acontece na teoria social mais geral, a teoria pós-crítica deve se combinar com a teoria crítica para nos ajudar a compreender os processos nos quais, por meio de relações de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos. Ambas nos desvelaram de diferentes maneiras que o currículo é uma questão de saber, identidade e poder.

É adequado possuir em mente o seguinte quadro, que trata as divisões das teorias dos currículos conforme as concepções enfatizadas:

QUADRO 1 - TEORIAS DO CURRÍCULO

TEORIAS TRADICIONAIS	TEORIAS CRÍTICAS	TEORIAS PÓS-CRÍTICAS
Ensino	Ideologia	Identidade, alteridade, diferença
Aprendizagem	Reprodução cultural e social	subjetividade
Avaliação	Poder	Significação ediscurso
Metodologia	Classe social	Saber-poder
Didática	Capitalismo	Representação
Organização	Relações sociais de produção	Cultura
Planejamento	Conscientização	Gênero, raça, etnia, sexualidade
Eficiência	Emancipação e libertação	Multiculturalismo
Objetivos	Currículo oculto	
	Resistência	

Fonte: Silva (2010).

## CURRÍCULO OCULTO

O currículo oculto é a soma de práticas pedagógicas vivenciadas pelos discentes que não estão desvendadas no currículo oficial, no entanto auxiliam o aprendizado de normas sociais e comportamentos coletivos. Segundo Silva (2010), o currículo oculto “é constituído por aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazerem parte do currículo oficial, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”.

O currículo oculto começa na sala de aula, de maneira social, de interação com o outro, nas tarefas, na competição, no poder etc. Isso gera nos alunos as pré-disposições necessárias para lidar com as adversidades como o sucesso, a perda, o trabalho, a paciência e os disciplina para viver em sociedade (Costa *et al.*, 2021). Conforme McLaren (1997):

O currículo oculto refere-se às consequências não intencionais do processo de escolarização. Os educadores críticos reconhecem que as escolas modelam os estudantes através de outras agendas, incluindo regras de conduta, organização de sala de aula e procedimentos pedagógicos informais usados por professores com grupos específicos de estudantes. O currículo oculto também inclui estilos de ensino e aprendizado enfatizados na sala de aula, as mensagens transmitidas ao estudante pelo ambiente físico e instrucional como um todo, estruturas de liderança, expectativas do professor e procedimentos de avaliação.

Costa (*et al.*, 2021) afirma que “o currículo oculto, portanto, pode se associar à construção das identidades, de forma mais precisa e ágil do que os discursos democratizantes presentes em documentos oficiais”.

## CURRÍCULO E RELAÇÃO DE PODER

Como uma demanda social, econômica e cultural, o currículo aparece, demonstrando relações de poder, ideologias, normas e pontos de vistas distintos em relação ao processo educacional. Silva (2003) aponta que, antes de tudo, o currículo deve ser entendido como uma questão de poder, lembrando que “selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder”. De acordo com Lelis, Silva e Rezende (2014):

A seleção e a organização de conteúdos, de formas de ensinar e aprender, as maneiras de se relacionar no espaço educativo e como essas relações devem se dar, entre outras circunstâncias, implicam escolhas baseadas no que deve e no que não se deve aprender em determinado curso, série ou escola, expressando um movimento de forças e interesses que gravitam, em dado momento, ao redor do sistema social e educativo. Esse movimento é gerado por intermédio das disputas que se estabelecem entre grupos/instituições sociais na luta pelo poder de dirimir as dúvidas sobre o que é o que na sociedade. O ato de selecionar, de privilegiar o que deve e o que não deve ser ensinado denota o poder de quem opera essa seleção.

Essa seleção é arbitrária, porque produzida, particularizada e imposta por uma classe, grupo ou instituição. No entanto, é apresentada como natural e universal, legitimando a hierarquia da dominação que define o mundo social: o que é válido e o que não é; o que é legítimo e o que não é; a quem cabe cada papel e cada função social. A arbitrariedade de uma seleção reside no fato de não ser reconhecida como tal, apresentar-se aos outros como natural, legítima, ignorada, portanto, como arbitrária (Bourdieu, 1989).

Assim, pode-se afirmar que o currículo não assenta apenas em bases epistemológicas, mas também, e fundamentalmente, em bases políticas, econômicas e sociais, estando ativamente envolvido com as atividades que geram consenso — liderança ideológica e elemento balizador da hegemonia — e hegemonia (Lelis, Silva & Rezende, 2014). Sua seleção não é neutra, e “o conhecimento corporificado no currículo é um

conhecimento particular [...] resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes” (Silva, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo provocou considerações a respeito das teorias dos currículos, como também os vínculos de poder que os abrangem. Apuramos nossa percepção das vertentes teóricas mais relevantes a respeito de currículo (teoria tradicional, crítica e pós-crítica) e acerca do currículo oculto. Segundo Galvão (2019), entendemos, que o campo do currículo não é um campo neutro e que ele tem, na verdade, um caráter político, ideológico e filosófico. Após os estudos sobre as teorias, pudemos compreender as relações de poder que envolvem o currículo e que ele tem uma história vinculada a organizações da sociedade e da educação.

O currículo é, geralmente, resultado dos embates travados entre grupos/instituições distintos para o controle da sociedade, portanto denota o poder de quem tem condições de estabelecer quais conhecimentos devem ser ensinados e aprendidos na escola, quais as formas adequadas de tal processo se dar, como devem se efetivar as relações nesse local. (Lelis; Silva; Rezende, 2014).

Ao conhecer os atos dos que estabelecem as práticas e regras, foi reconhecido como acharam na docência um caminho para a conservação das ideologias de dominação por meio não apenas do programa lecionado, como também em de que modo os vínculos interpessoais se criam no interior das instituições de ensino.

Portanto o estudo acerca desse tema é de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais igualitária e que se liberte de amarras e sabotagens impostas por aqueles que detém o poder político e econômico (Linhares; Silva, 2020).

## REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.  
APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. Portugal: Porto Editora, LDA. 1999.

ALMEIDA, J. A.; MONTEIRO, A. S.; NOGUEIRA, E. M. L.; PAES, L. R.; VINENTE, N. G. **Uma reflexão pertinente sobre a teoria crítica do currículo**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, V., 2018, Campina Grande.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil/Difel, 1989.

CARDOSO, C. L.; MATOS, D. A. S.; MENDES, C. L. **Currículo e Relações de Poder: Análise de uma Reforma Curricular Para Cursos de Pedagogia em Tempos de Conservadorismos**. Revista tempos e espaços em educação, Sergipe, v. 12, n. 30, p. 117-138, jul/set. 2019.

CARDOZO, G. L. **O pós-estruturalismo e suas influências nas práticas educacionais: a pesquisa, o currículo e a “desconstrução”**. Pensares em Revista, Rio de Janeiro, n. 4, p. 118 – 134, jan./jul. 2014.

COSTA, J. A. M.; MATOS, O. S.; LIMA, W. A. S.; SILVA, F. G. S.; CHAVES, G. H. G.; SOUSA, J. P. **Currículo oculto e sua atuação no âmbito escolar**. Revista humanidade e inovação, Porto Seguro, v. 8, n. 65, p. 324-331, jul/set. 2021.

EYNG, A. M. **Currículo escolar**. Curitiba: Ibplex, 2007.

FERNANDES, N. L. R. **Currículos e programas da EPCT – licenciatura em educação profissional científica e tecnológica**. Fortaleza: Ministério da Educação, 2014.

FERRAÇO, C. E. **Cotidiano Escolar, Formação de Professores(as) e Currículo**. São Paulo: Cortez, 2005.

GALVÃO, É. R. S. **Concepções sobre currículo**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, VI., 2019, Campina Grande.

GANDIN, L. A.; LIMA, I. G. **A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais**. Educação e Pesquisa, 42(3), 651-664, 2016.  
<https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609143447>.

LINHARES, G. H. C.; SILVA, R. N. **Teoria do currículo e relações de poder**. Revista científica eletrônica de ciências aplicadas da FAIT, ano 8, nov. 2020.

LELIS, U. A.; SILVA, M. V.; REZENDE, V. M. **Currículo, conhecimento e poder: desafios contemporâneos para as reformas curriculares e o trabalho docente**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 991-1011, jan/abr. 2014.

OLIVEIRA, R. M. **Currículo Escolar: Um Conjunto de Conhecimentos para a Concretização de Objetivos Educacionais**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 8. Ano 02, Vol. 05. pp 52-73, n. 2017. ISSN:2448-095.

MOREIRA, A. F. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 10-16.

SACRISTÁN, J. G; GOMES, P. **Comprender e transformar a escola**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade. uma introdução às teorias curriculares**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOARES, M. A. B.; COSTA, L.G. **TEORIAS CURRICULARES: uma leitura sobre seus fundamentos e significados**. Revista Espaço do Currículo, v. 14, n. Especial, p. 1-11, Ano.2021 ISSN2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v14iEspecial.57068>.

Submissão: outubro de 2023. Aceite: novembro de 2023. Publicação: março de 2024.